

AS MULHERES E O TRABALHO: QUE ESPAÇO ELAS OCUPAM?

THE WOMEN AND THE JOB: WHAT IS THE GAP THEY OCCUPY?

Adriana Morais¹
Bruna Carrasco Martinelli²
Lucimaira Cabreira³

MORAIS, A.; MARTINELLI, B. C.; CABREIRA, L. As mulheres e o trabalho: que espaço elas ocupam? **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 3, p. 187-202, jul./set. 2012.

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre as mulheres inseridas no contexto de trabalho e as relações estabelecidas nestes espaços. Tendo como objetivo investigar se mulheres que exercem funções de trabalho que são consideradas masculinas, percebem relações de desigualdade neste ambiente. Para a realização desta pesquisa foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o assunto e uma pesquisa de campo, onde foram entrevistadas seis mulheres da região Oeste do Paraná. A partir do conteúdo analisado pode-se perceber que ao longo da história, os papéis de gênero foram sofrendo modificações, fato este que interferiu diretamente na organização do trabalho. É possível concluir com esse estudo, que algumas profissões ainda são estigmatizadas pela sociedade, e as mulheres sofrem preconceitos. No entanto, é visível que mudanças significativas estão acontecendo, e o efeito é que novas relações estão sendo construídas, capazes de dar forma a uma sociedade mais igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Trabalho e preconceito.

ABSTRACT: This article presents a study about the women within the context of the job and the relationships established in these spaces. The objective is to investigate the women engaged in job functions that are considered masculine; realize relationships of inequality in this environment. For this research was conducted a brief literature review about the subject and field research, where six women were interviewed in western Paraná. From the content analysis can be realized that throughout history, gender roles were suffering changes, a fact that directly interfered at work organization. It can be concluded from this study that some professions are still stigmatized by society, and women suffer prejudice. However, it is apparent that significant changes are occurring, and the effect is that new relationships are being built, being capable to constitute a more egalitarian society.

KEYWORDS: Gender; Job and prejudice.

¹Acadêmica do 4º ano de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus Cascavel, Paraná. Contato: Rua Britânia, 1073, Toledo, Paraná. Endereço eletrônico: dri_morais19@hotmail.com.

²Acadêmica do 4º ano de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus Cascavel, Paraná. Contato: Rua Rio Grande do Sul, Iguatu, Paraná. Endereço eletrônico: martinelli_bruna@hotmail.com.

³Orientadora. Psicóloga. Especialista em Psicologia e saúde. Docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus Cascavel, Paraná. Contato: Rua das Palmeiras, 957. Cascavel, Paraná. Endereço eletrônico: lucimaira@unipar.br.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada por uma multiplicidade de modos de existência. Os sujeitos se apresentam ao mundo de maneiras diversas, isso porque ao longo da história são vivenciadas mudanças significativas nos papéis desempenhados pelos vários atores sociais.

Tais transformações incidem diretamente na construção de gênero, ou seja, o masculino e feminino estão se reordenando na esfera social contemporânea. E o efeito mais visível de tal mudança se dá no ambiente de trabalho.

Diante do exposto esta pesquisa tem como objetivo, investigar se mulheres que exercem funções de trabalho que são consideradas masculinas percebem relações de desigualdades neste ambiente.

Para a realização desta pesquisa, optou-se por um estudo de caráter qualitativo. A coleta de dados se deu mediante a realização de um roteiro de entrevistas semiestruturado, com mulheres que estão ativas no mercado de trabalho.

É essencial compreender que sexo e gênero são conceitos distintos, haja vista que sexo refere-se às características fisiológicas e orgânicas. Gênero, por sua vez corresponde aos atributos sociais destinados aos homens e mulheres.

Observa-se claramente que no âmbito social e histórico existe uma hierarquia entre os gêneros, e o resultado mais visível desta situação é a desigualdade e assimetria nas relações entre homens e mulheres, que é visivelmente marcada por uma subordinação do feminino em relação ao masculino.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende contribuir para um novo olhar sobre as relações de gênero, de maneira que se problematizem tais relações, assim como seus efeitos. Especialmente no ambiente de trabalho, uma vez que este é um território potente na construção e manutenção do processo de subjetivação.

Esta pesquisa está organizada a partir de uma breve revisão bibliográfica, abordando os seguintes temas: considerações sobre gênero feminino; a mulher e o trabalho: considerações históricas; estigma e exclusão: efeitos de relações assimétricas. Em seguida está apresentada a metodologia utilizada, descrevendo os participantes, o instrumento de coleta de dados, assim como os procedimentos e a forma como os dados serão analisados. Posteriormente, é

realizada a apresentação e análise dos dados, seguida pelas considerações finais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO FEMININO

A definição de gênero geralmente se confunde com as definições de sexo, ou seja, feminino e masculino se confundem com machos e fêmeas. Para Oliveira (1997), gênero refere-se às diferenças socioculturais existentes entre os papéis masculinos e femininos e sexo descreve características e diferenças biológicas, enfatizando aspectos da anatomia e fisiologia dos organismos pertencentes às categorias de machos e fêmeas.

Segundo Strey (2008), tratar de questões de gênero é pensar quais papéis sociais são desempenhados pelos homens e mulheres na contemporaneidade, esses papéis são historicamente construídos, um processo consolidado através das vivências socioculturais, que se constroem ao longo da história de vida. A autora menciona que quando crianças, meninos e meninas possuem suas brincadeiras pré-determinadas: eles carrinho e bola; elas boneca e casinha. Estes e outros fatores históricos e sociais contribuem essencialmente para a formação de identidade sexual que cada indivíduo irá assumir.

Gênero é considerado uma categoria determinante do modo como cada um/uma vivencia a sua sexualidade, na medida em que os caminhos percorridos pelo feminino e pelo masculino tomam dimensões completamente opostas, não exatamente devido às diferenças impressas em seus corpos, mas principalmente em função das expectativas, em relação à conduta sexual que cada um/uma deve assumir (HEILBOM; BRANDÃO, 1999, apud WIESE, BRAGA e SALDANHA, s/d, p. 1).

De acordo com Strey (2008), o estudo de gênero, procura problematizar a existência da hierarquia de gênero, a qual produz relações de subordinação, nos quais as mulheres ocupam um lugar de submissão e os homens de dominação. Essa hierarquia se confirma a partir de alguns dispositivos sociais, os quais envolvem doutrinas religiosas, diferenças de raça, de etnia, de classe, educativas, científicas, políticas e jurídicas, os quais interferem na definição dos papéis sociais do homem e da mulher no meio

social. Desta forma, gênero pode ser definido “como a categoria que explica a relação de poder entre os sexos e nos dá a dimensão social da desigualdade sexual com base na naturalização e biologização dos sexos” (OLIVEIRA, 1997, p. 4).

Essa questão hierárquica entre gêneros é encontrada nos estudos de Strey (2008), nos quais se afirma que historicamente e num passado recente, o poder social sempre foi associado ao masculino. A forma mais comum de hierarquia, até pouco tempo exercida no ocidente, foi o patriarcado, em que a mulher era totalmente subordinada ao homem, primeiro ao pai e depois ao marido, por vezes exercia algum poder no papel de mãe, mas somente nessa situação.

A autora menciona que atualmente o patriarcado não é mais a única e exclusiva forma de hierarquia predominante, uma vez que a organização familiar passou por muitas mudanças. Contudo, ainda existe uma diferenciação social assimétrica entre os gêneros, identificada por meio da categorização de atributos considerados como masculinos e outros como feminino, ou seja, ainda que pessoas do sexo masculino ou feminino exerçam os mesmos papéis sociais, o poder sobre eles continua sendo masculinizado, processo que continua reafirmando relações de dominação e produzindo subordinação.

Em grande parte das discussões, durante a história da humanidade, a mulher só era lembrada em referência a reprodução, portanto, esse atributo foi incorporado como sendo próprio da natureza feminina. Segundo Foucault (apud NOGUEIRA, CONCEIÇÃO, 2001), a desigualdade está baseada numa presumível diferença de naturezas, atribuindo-se à mulher qualidades negativas que a impossibilitam de participar ativamente de forma igualitária na sociedade em que vive, na qual a cidadania da mulher é imposta como papel de esposa submissa, mãe e dona de casa, seus direitos políticos, trabalhistas, ou seja, cidadania de fato é inexistente, devido essa inferioridade que os homens lhe outorgaram.

Engel (2001), apresenta a exclusão feminina como um produto histórico, em vários momentos e nas diferentes culturas é possível observar fatos sociais, que reafirmam a diferenças entre os sexos. No entanto, a autora chama a atenção para a sociedade ocidental do século XIX, afirmando ser possível visualizar que recentemente a mulher ainda era vista a partir de uma imagem preconceituosa e inferiorizada.

Neste momento histórico, havia uma forte associação entre a mulher e a natureza, enquanto o homem estava relacionado à cultura. Às mulheres era negado a cidadania e o princípio da igualdade não tinha valor diante da diferença que predominava entre os sexos. A ciência só fez alavancar essa diferenciação entre homens e mulheres, pois a partir de descobertas da medicina e da biologia foi ratificada essa dicotomia, aos homens pertencia à inteligência, a razão e a capacidade de decidir, já às mulheres cabiam o coração e coisas relacionadas a ele, tais como sensibilidade e sentimentos.

Segundo Engel (2001), a imagem feminina estava relacionada a valores que remetiam a beleza, fragilidade e submissão, todas que apresentassem uma postura diferenciada do ‘padrão’ eram tidas como seres antinaturais, e apesar desses atributos doces, outras qualidades negativas, tais como a amoralidade, também eram atribuídas à natureza feminina, demonstrando a ambiguidade de opiniões que cercavam o universo da mulher, a ciência, os poetas, os pintores e romancistas só reafirmavam esse contexto dicotômico do bem e o mal que envolvia o feminino.

Afirma Beauvoir (1949), que a mulher vem sendo descrita pelos homens, desde a antiguidade, como ser inferior, essas afirmações tão machistas chegaram ao ponto de afirmar que a mulher pensa com as suas glândulas. Historicamente a mulher sempre foi taxada de outro, inexistente sem o sujeito absoluto, o homem, numa relação de pura submissão propriamente dita.

Não há um marco que identifique quando começou a se instaurar essa relação baseada na subordinação, porque esse momento nunca existiu. Outras classes oprimidas como negros e judeus possuem marcos históricos que identificam as origens de sua opressão e a partir disso unem-se, identificando-se como “nós”, como sujeitos de direitos, já às mulheres não, pois vivem ligadas de alguma forma a seu opressor, pai ou marido, por exemplo, e esse laço é indissociável frente a outros, é biológico, formou-se e nunca mais se desfez, pois “nenhum corte é possível na sociedade por sexos” (BEAUVOIR, 1949, p. 14).

No entanto, conforme aponta Nogueira (2001), algumas concepções teóricas relutavam em justificar uma inferioridade da mulher, apoiadas, por exemplo, apenas por questões biológicas. Diante dessas concepções, as quais

iniciaram um processo de problematização em relação às questões ligadas ao gênero feminino, associado à mobilização social, surgiram os movimentos propondo a igualdade de direitos entre os sexos, um desses movimentos foi o feminista.

O Feminismo pode ser definido como um “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (OLIVEIRA, 1969, apud NOGUEIRA, CONCEIÇÃO, 2001, p. 4). Uma das grandes críticas propostas pelo movimento feminista foi em relação à organização da família, de acordo com os pressupostos deste movimento, essa instituição seria a mais opressora para mulher, subjugando como obrigatória sua função de reprodução e a necessidade de ser controlada diante disto, especialmente quando as relações maritais tornaram-se relações baseadas na manutenção das propriedades. Desta forma, as relações conjugais fortaleceram a desigualdade entre o homem e a mulher, que se reafirmaram nas relações com a paternidade. Ou seja, o patriarcado, como já mencionado, foi um dos arranjos familiares que essencialmente marcaram a família como instituição opressora para as mulheres, conforme aponta Strey (2008).

Para Nogueira (2001), uma grande contribuição para o movimento feminista foi às grandes guerras mundiais, já que os homens tinham que ir para as frentes de batalha restava às mulheres ocuparem alguns espaços no mercado de trabalho, antes destinados somente aos homens. Outra contribuição importante foi também o movimento estudantil no fim dos anos 60, já que este também questionou o lugar ocupado pelo gênero feminino na sociedade.

Segundo Beauvoir (1949), a questão do feminismo vem sendo foco de muitas discussões ao longo dos séculos, mas mesmo assim o tema não se encontra totalmente esclarecido. É unânime que na humanidade existem fêmeas e machos em proporções muito parecidas, mas nem toda fêmea humana pode ser considerada mulher, como afirma Beauvoir (1949, p. 7) “todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade”.

Erickson (1976), aponta que com a conquista do espaço a mulher é, cada vez mais evidenciada, contudo às mulheres ainda não prestigiam da equivalência e da garantia dos mesmos direitos, mesmo exercendo seus pa-

péis sistematizados pela cultura em que vivem e desempenhando papéis que até pouco tempo era de exclusividade dos homens, ainda assim, são inferiorizadas, inclusive sofrem violência de todos os tipos.

A violência de gênero que ocorre nos relacionamentos homem e mulher está presente de forma histórica, como cita Soihet (2001), mulheres de todas as classes sofriam com a violência, mas nada comparado às mulheres de classes inferiores, as chamadas mulheres populares, isso porque geralmente pelas suas condições de vida não seguiam o estereótipo de mulher frágil da época. Fazendo uma ponte até o passado verifica-se que a situação não mudou muito na atualidade, pois a violência contra a mulher, principalmente pobre, ainda é constante nas divulgações de números de delegacias especializadas e órgãos de apoio à mulher, a violência física e psicológica ainda é muito praticada por homens que não visualizam a mulher como sujeito de direitos. Apenas recentemente foi aprovada uma lei em defesa das mulheres vítimas de violência, denominado de Lei Maria da Penha, e foi necessário que muitas mulheres morressem até isso acontecer.

Destaca-se que para mudar este cenário é preciso compreender como se deu a construção da subordinação e discriminação de gênero. Desde os primórdios da civilização, estão presentes relações que reafirmam tal desigualdade, “desde Aristóteles até a atualidade, afirma-se a distinção entre os sexos, a superioridade masculina e o seu posicionamento como grupo de referência e comparação” (BEM, 1993, apud NOGUEIRA, p. 10).

As relações de subordinação, que se materializam na desigualdade entre homens e mulheres, podem ser observadas nos diferentes espaços sociais, em especial no ambiente de trabalho, que essencialmente reafirmou e continua por reafirmar a existência cristalizada de uma hierarquia de gênero, conforme menciona Strey (2008).

Andrade (apud SCAVONE, 1997), afirma que ao analisar as situações de trabalho entre o homem e a mulher, pode ser percebida a discriminação mais visível entre os diferentes tipos de trabalho, no qual o homem é empregado em quase todos os ramos e postos, e a mulher se concentra nos serviços, realizando atividades similares às tarefas domésticas. Homens estão em postos mais perigosos e que requerem maior

esforço físico e tendo melhor remuneração e valorização. As mulheres são inseridas em postos de menor risco, e realizam tarefas de atenção pessoal e com menos possibilidades de promoção.

Pensando nesse contexto de trabalho e gênero, o próximo assunto a ser explorado nesta revisão bibliográfica, refere-se à construção social do trabalho e suas implicações para homens e mulheres, destacando principalmente a relação feminina com o trabalho, que foi construída historicamente em diferentes épocas e nas diferentes culturas.

A MULHER E O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A história da humanidade revela como homens e mulheres têm sido representados e quais lugares sociais vêm ocupando. O masculino tendo sido marcado sempre, como: o homem – caçador, o homem de ferramentas, o homem senhor da criação, em todas as versões conhecidas da origem de nossa espécie. Segundo Miles (1989) a mulher também faz parte dessa história tendo grande participação, em especial por ser a detentora da maternidade, considerada como uma das maneiras da mulher contribuir e garantir o futuro para a humanidade.

Nos primórdios da sociedade moderna, a mulher era vista apenas como apta a realizar os afazeres domésticos, desenvolvendo também variadas atividades e habilidades como: coletar comida; cuidar de crianças; trabalhar com couro, fazer roupas fundas e invólucros com peles de animais; fabricar cerâmica; trançar capins, fibras e cascas de árvores para cestos; fabricar contas e ornamentos ou permanentes; aplicação medicinal de plantas e ervas para tudo, desde curas até aborto. Desta lista uma das atividades em primeiro lugar a ser realizada era coletar a comida. “Em nenhum momento na pré-história as mulheres, com ou sem seus filhos, dependeram da caça dos machos para sua alimentação” (MILES, 1989, p. 22). Vivia alheia aos acontecimentos externos, era escrava do homem e a este devia obediência.

Segundo Miles (1989), durante o período que os primeiros planos eram papas e reis, guerras e descobertas, tirania e derrotas, enquanto os homens estavam envolvidos, as mulheres que cuidavam dos filhos, ordenavam as vacas, lavravam os campos, lavavam, assavam,

limpavam e cozinhavam, cuidavam dos doentes, sentavam-se junto aos moribundos e preparavam os mortos.

A extraordinária continuidade do trabalho das mulheres, de país e de época em época, é uma das razões de sua invisibilidade; a visão de uma mulher amamentando um bebê, mexendo uma panela ou limpando o chão é tão natural quanto o ar que respiramos e, do mesmo modo que o ar, não atraiu qualquer análise científica antes dos tempos modernos (MILES, 1989, p. 174).

Segundo Bossa (1998), na Idade Média, a mulher passa a exercer certos ofícios, porém nunca chegava a nenhuma posição de destaque. Era discriminada e considerada sempre aprendiz, em todos os ramos de atividade do trabalho.

O mesmo autor aponta que no Brasil, enquanto os homens eram protegidos pelo Estado, as mulheres eram completamente abandonadas. A mulher vivia trancafiada no lar até durante o período do Império. A mulher solteira auxiliava sua mãe nos afazeres domésticos diários, a mulher casada acompanhava o marido, carregando seus pertences e lhe servindo constantemente.

Bossa (1998), diz que a transformação das condições da mulher deve-se ao cristianismo a aos homens de pensamento e visão. Porém, à igreja continuava defendendo a clausura no lar, em nome do matrimônio e do bem da família, sustentava que quanto mais a mulher saísse de casa mais contato teria com as tentações do mundo.

Nota-se que o trabalho da mulher surgiu da necessidade de mão de obra barata. Silva (2001), destaca a substituição do trabalho escravo pelo de imigrantes que ocorreu no século XIX, em que as mulheres juntamente com sua família, os chamados colonos, eram fontes de renda, sem gerar muito custo para os fazendeiros.

Assim, o trabalho das mulheres estava incluído no contrato feito com sua família. Exigia-se que cada família tivesse pelo menos um membro do sexo masculino entre 12 e 45 anos; importava que fossem contratadas famílias cujo maior número de elementos estivesse apto ao trabalho, de preferência homens. Na lavoura cafeeira, a pessoa a partir

dos 12 anos, homem ou mulher, já era considerada “de trabalho” (SILVA, 2001, p. 555).

A partir da década de cinquenta do século XX, Bossa (1998), assevera que aumentou a participação feminina no setor de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos, surgindo mais oportunidades de emprego em profissões como: enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora. Também sobre esse contexto, Silva (2001) afirma que tal mudança ocorreu mais especificamente em 1960, devido ao radical processo de modernização e concomitantemente ao êxodo rural provocado. Essa demanda então exigiu uma maior escolaridade feminina e provocou mudanças no status social das mulheres. Muitos preconceitos cercavam, nitidamente, o trabalho feminino nessa época. No imaginário social, ainda prevalecia a ideia de que o casamento e a vida profissional para mães e donas de casa eram insociáveis.

Segundo Rago (2001), em geral esperava-se que as mulheres se dedicassem exclusivamente ao lar e fossem sustentadas pelos maridos, privilégios esses que foram se perdendo com o mundo do trabalho. Mas era comum que as mulheres que trabalhavam fora, interrompessem suas atividades com o matrimônio ou com a chegada do primeiro filho. Isso, muitas vezes, gerando conflito entre as visões tradicionais sobre os papéis femininos e a nova realidade do mercado de trabalho, a obtenção de uma independência e a possibilidade de satisfazer as necessidades de consumo pessoal e familiar.

Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. Não socializar informações importantes era uma boa estratégia, e os homens se valiam dela procurando preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino (RAGO, 2001, p. 578).

Bossa (1998) afirma que também, graças ao desenvolvimento econômico da década de cinquenta, houve um aumento significativo do nível de escolaridade feminina. Pelo menos em relação ao acesso das mulheres à educação formal, e às áreas antes reservadas aos homens, diminuíram-se as distâncias. A modernização da sociedade brasileira atingiu de maneira diferente

os diversos grupos sociais e produziu várias formas e níveis de conflito. As reivindicações das mulheres trabalhadoras atingiram tanto áreas ligadas às atividades produtivas, estendendo-se até a vida familiar.

Conforme o mesmo autor e Rago (2001), desde o início do século XX, duas décadas após a abolição da escravidão, algumas trabalhadoras já lutavam por direitos trabalhistas e proteção previdenciária. Em 1907, quando surgem na vida política brasileira à liberdade sindical, determinadas categorias profissionais como, os burocratas civis e militares, trabalhadores dos arsenais da marinha, ferroviários, trabalhadores da imprensa nacional, formularam as primeiras pautas reivindicatórias. Reivindicações essas, que acabaram se limitando ao cotidiano do trabalho dos homens e não fazia a menor referência à vida fora das fábricas, muito menos às especificidades do trabalho da mulher. Muitas vezes, essas trabalhadoras eram sequer reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduzia-se a de mantenedora do equilíbrio doméstico familiar.

A partir do final dos anos 60, as mulheres de segmentos urbanos já aparecem à frente de várias práticas reivindicativas. Bossa (1998), afirma que mesmo quando a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não estão presentes, são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais da mulher, sejam eles de mãe, esposa ou dona de casa. Com o objetivo de rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical, as trabalhadoras urbanas e rurais passam a refletir, em sua participação política, temas que têm como ponto de partida o cotidiano doméstico e do trabalho.

Bossa (1998), diz que as trabalhadoras dirigentes sindicais, em seus discursos, passam a reconhecer a contribuição do feminismo, mesmo que muitas não tenham participado diretamente da eclosão desse movimento. Elas se mostraram capazes de incorporar em suas concepções políticas, uma visão mais ampla de cidadania, dando continuidade à luta pela revisão da feminilidade.

As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e co-

mitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização, elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres (RAGO, 2001, p. 595).

Na Idade Moderna, com o desenvolvimento industrial, a mulher assume novas ocupações, antes ocupadas pelo homem. A realidade da última metade do século XX, porém, confrontou-nos com o fato de as mulheres terem vindo a ganhar peso crescente na esfera profissional, ocupando atualmente um lugar quase equivalente ao dos homens, no que concerne à sua participação na população ativa (BOSSA, 1998).

Segundo Bossa (1998), a Revolução Industrial trouxe a disputa do trabalho entre o homem e a mulher. A mulher possuía mão de obra mais barata que o homem, porém, produzia menos em virtude de suas ocupações domésticas. As mulheres sujeitavam-se a jornadas de 14 a 16 horas por dia, condições prejudiciais à saúde e muitos outros abusos, para não perderem o emprego. Nesta época, não havia nenhum tipo de proteção para mulher, como exemplo no período pré e pós-gestação.

O mesmo autor, afirma que as mulheres ganhavam menos que os homens não só porque produziam menos, mas também porque aquilo que produziam era avaliado no mercado de trabalho por um valor inferior. As relações de trabalho não eram interferidas pelo Estado, sendo que a mulher recebia seus salários conforme a vontade do patrão. Assim surge a necessidade de uma política protecionista em relação à mulher, porém, a limitação da jornada de trabalho da mulher e a proibição do trabalho noturno, resultaram em um barateamento ainda maior do trabalho da mulher.

Segundo Rocha (1991), podemos observar que no Tratado de Versalhes os homens já se sentiam ameaçados e preocupados com a proteção do trabalho da mulher: ao trabalho igual deve-se pagar salário igual, sem distinção de sexo do trabalhador e deve-se organizar, em cada Estado, serviço de inspeção que compreenda mulheres, a fim de assegurar a aplicação de leis e regulamentos para proteção dos trabalhadores.

Segundo Probst (1999), as mulheres ti-

veram uma posição no mercado de trabalho a partir da I e II Guerra Mundial em que os homens assumiram a frente das guerras e as mulheres assumiram os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Com o desenvolvimento tecnológico e o crescimento das máquinas, a economia agrícola e a economia industrial sofreram mudanças, “do campo para cidade, da casa para fábrica, as mulheres perderam o status e a flexibilidade que tinham antes” (MILES, 1989, p. 216). Assim, a mulher foi criando uma nova história, aos poucos foi conquistando seu espaço no mercado de trabalho, enfrentando barreiras, preconceitos, remuneração baixa e outros.

Para Miles (1989), foi no século XIX com a consolidação do sistema capitalista que algumas leis passaram a priorizar as mulheres, ocorreram inúmeras mudanças na produção e organização do trabalho feminino. De acordo com Nascimento (1996), por causa do desenvolvimento tecnológico com intenso crescimento das máquinas, a mão de obra feminina foi ocupando as fábricas.

Internacionalmente, a própria Constituição da OIT (Organização Internacional do Trabalho) realça a necessidade de proteção do trabalho da mulher, tanto que passam a serem editadas convenções sobre o tema. A Convenção nº 3, de 1919, regulamenta o trabalho da mulher antes e após o parto. Ela foi ratificada no Brasil por meio do Decreto nº 51.627, de 1962, que dispunha: “em hipótese alguma, deverá o empregador estar obrigado, pessoalmente, a custear as prestações referentes à licença-maternidade, a qual ficará a cargo de um sistema de seguro social obrigatório, ou de fundos públicos” (BOSSA, 1998, p. 136). Neste entendimento, a responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade ficou a cargo da Previdência Social, enquanto perdurar a relação de emprego, sendo esta uma prestação de natureza previdenciária.

Segundo Bossa (1998), na convenção nº 4 é proibido o trabalho da mulher em indústrias, salvo o trabalho em oficinas de família. A Convenção nº 41, de 1934, dispõe sobre o trabalho noturno da mulher. Assim como essas várias outras Convenções trataram de diferentes temas condizentes com o trabalho feminino.

No entanto, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, versa sobre um dos principais temas relacionados com o traba-

lho da mulher: as regras de não discriminação por motivo de sexo. Já o pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, determina a igualdade de direito entre homens e mulheres.

Bossa (1998) e Rocha (1991), afirmam que no Brasil, o Decreto nº 21.417-A, de 1932, foi a primeira norma que tratou do trabalho da mulher, proibindo-o no período noturno (das 22h às 5h), e também proibindo a remoção de pesos. Este mesmo Decreto concedia à mulher dois descansos diários de meia hora cada, um para fins de amamentação dos filhos, durante os primeiros seis meses de vida.

Segundo Rocha (1991), A Constituição de 1934 proibiu a discriminação da mulher quanto a salários, vedou o trabalho em locais insalubres, garantiu o repouso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, assegurando instituição de previdência a favor da maternidade. A Constituição de 1937 garantiu assistência médica e higiênica à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário. Segundo Bossa (1998), em 1943, foi editada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), consolidando todas as matérias relativas ao trabalho da mulher. A primeira alteração foi em 1944, quando se admitiu o trabalho noturno da mulher se esta fosse maior de 18 anos, mas somente em algumas atividades.

Em 1946, a Carta Magna proibia a diferença salarial por motivo de sexo, além de prever todos os direitos anteriormente assegurados pelas Constituições. Rocha (1991), aponta que em 1967 a Constituição inovou no sentido de prever a aposentadoria da mulher aos trinta anos de trabalho, com salário integral.

Atualmente, o trabalho da mulher, registra uma participação muito expressiva no contexto mundial, mediante uma luta pela igualdade em todos os níveis da sociedade. Entretanto, a mulher continua tendo o seu trabalho explorado. Bossa (1998), descreve que a política protecionista considerada, na maioria das vezes, exagerada, provoca no patrão certo tipo de reação em admitir o trabalho da mulher.

Segundo Bruschini (2007), o Brasil passou por transformações e que hoje a tecnologia acabou com este conceito de que à mulher é mais fraca, já que para movimentar máquinas imensas só é preciso apertar um botão. Vê-se agora muito mais o intelecto e a capacidade de produção. A proteção agora é para o ser huma-

no, o emocional, e aí tanto se inclui o homem como a mulher.

Conclui-se que, atualmente, a mulher se afirma no mercado de trabalho, competindo com igualdade de condições tecnológicas, culturais e sociais com os homens, em consequência do processo de globalização e desenvolvimento da humanidade. No entanto, ainda existem situações de estigmatização e exclusão, temática que será discutida no próximo item desta revisão bibliográfica.

ESTIGMA E EXCLUSÃO: EFEITOS DE RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS

Segundo Goffman (1988), o termo estigma surgiu na Grécia e era utilizado por esse povo para identificar sinais corporais que poderiam evidenciar algo de mal sobre quem os apresentava, esses sinais geralmente eram feitos por meio de cortes ou queimaduras e auxiliavam na identificação de criminosos e traidores, por exemplo. Por meio dessas marcas era possível classificar e evitar essas pessoas, principalmente em locais públicos. Na Era Cristã foram acrescentados mais dois sinais que identificavam pessoas estigmatizadas, o primeiro era de ordem religiosa e citava 'erupções na pele' como sendo um sinal divino, já o segundo adveio da área médica com influência da religião e citava os distúrbios físicos como sinais.

O termo estigma é utilizado pela psicologia social, para compreender como alguns grupos sociais são marcados socialmente por diferenças que sinalizam o seu afastamento de algumas categorias que são consideradas como detentoras de maior valor social. "A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias" (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Afirma Goffman (1988), que as categorias de estigmatizados são muitas, toda pessoa que possua alguma característica diferente da 'normalidade' sócio cultural da época vigente, e que sofra relações de exclusão e preconceito, são considerados sujeitos estigmatizados. Esse grupo de excluídos é composto historicamente de indivíduos que possuam alguma deficiência física, transtorno psicológico, má formação, doença contagiosa, ainda fazendo parte também e podem ser citados os homossexuais, os velhos, os negros e às mulheres como pertencentes.

Nos dias atuais o grupo dos excluídos cresce cada vez mais, o culto à beleza é discriminatório, formador de padrões de mercado. As mulheres, por exemplo, além de todo resíduo histórico de exclusão do mercado de trabalho, imposições de uma moral machista e violência doméstica, atualmente ainda precisam lidar com o padrão de beleza ilusório ostentado pela mídia.

Para Wanderley (2001), a exclusão atinge determinados grupos estigmatizados, por exemplo, as mulheres, que há muito tempo estão inseridas em relações excludentes, no entanto, o autor afirma que foi na década de 90, que uma noção mais abrangente do tema surgiu. Mais especificamente atribui-se a René Le noir a emancipação dessa ideia, em sua obra o autor propunha uma visão da exclusão pelas lentes da sociedade, retirando o foco do individual e proporcionando uma reflexão mais abrangente do tema, René citava alguns aspectos que poderiam ser as principais causas da exclusão, dentre eles a urbanização desenfreada, os problemas da adaptação escolar, a frequente mobilidade profissional e as desigualdades sociais no geral.

Na verdade, existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados físico, geográfico ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (WANDERLEY, 2001, p. 17-18).

Diretamente ligado a gênero está a exclusão social, que pode ser vista como a quebra de ligação entre o indivíduo e a sociedade. A exclusão pode se manifestar de diferentes maneiras, e repercutir de várias formas na sociedade. A exclusão pode ter seu início nos mais diversos ambientes, como: político, social, econômico, cultural, educação, trabalho, identidade. No que se refere a política, por exemplo, até pouco tempo atrás as mulheres não podiam votar e não existiam mulheres fazendo parte ativamente de governos, desenvolvendo funções importantes de chefe de Estado, como ocorre atualmente em países como Brasil e Argentina. Economicamente as mulheres ainda são diferenciadas dos homens, pois mesmo ocupando a mesma função, ainda recebem remuneração inferior. No quesito educação, num passado recente, as mulheres

não podiam frequentar o meio acadêmico, este era destinado aos homens, a elas cabiam aprender a ser uma boa dona de casa (DUPAS, 1999).

Ao finalizar esta reflexão sobre o processo de exclusão e estigma envolvendo o gênero feminino, observa-se claramente o quanto ainda sociedade haverá de transformar-se para que novas relações sejam estabelecidas, que avancem no sentido de não haver mais relações assimétricas e injustas. Strey (2008), afirma que mais importante do que se preocupar com as diferenças sexuais deve existir a preocupação em repensar e problematizar as relações sociais, para que estas se deem de forma justa entre os sexos e desta maneira os sujeitos possam ocupar espaços diferentes e serem respeitados em sua singularidade.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram desta pesquisa seis mulheres, que exercem funções consideradas como masculinas. Todas maiores de 18 anos, com atividades laborais diversificadas.

Instrumento

Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, que se constituiu de perguntas previamente elaboradas pelas pesquisadoras, conforme anexo.

Segundo Gil (1999), entrevista é definida como uma técnica onde o entrevistador se apresenta ao entrevistado lhe formulando perguntas. A entrevista pode ser aplicada de diferentes maneiras e a mesma deve estar de acordo com o objetivo da pesquisa. Ao elaborar um roteiro de pesquisa pode-se utilizar um questionário estruturado, semiestruturado e não estruturado. Nesta pesquisa foi utilizada a entrevista semiestruturada, que segundo Triviños (1987), tem como foco questionamentos básicos, os quais são favorecidos em teorias e hipóteses de acordo com o assunto da pesquisa, não só facilitando a descrição dos relatos como também a compreensão de sua totalidade. Proporcionando ao pesquisador uma melhor desenvoltura na coleta dos dados e também ao realizar a análise dos dados.

Procedimento

Foi realizado contato com instituições as quais possuem em seu quadro de funcionários mulheres que exercem funções que historicamente eram desempenhadas pelo sexo masculino. Tais instituições indicaram possíveis participantes da pesquisa e em seguida foi realizado o contato com essas mulheres, as quais se dispuseram a participar. Ressalta-se que com uma das participantes o contato foi feito diretamente, uma vez que esta não está vinculada às instituições.

Destaca-se que as entrevistas foram gravadas em áudio com a devida autorização das participantes, as quais também assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Análise dos Dados

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, que segundo Richardson (1999), consiste em um trabalho em que o pesquisador não se limita a resultados generalizados e estatísticos, mas em compreender aquilo que se propõe a pesquisar e estudar, obtendo desta maneira, o resultado para a questão pesquisada. Portanto necessita apreender detalhadamente os significados e características do que é apresentado na realização das entrevistas. Para Flick (2009) e Holanda (2006), através do diálogo é que o entrevistado conseguirá fazer as colocações referentes ao que lhe é questionado, assim o entrevistador conseguirá fazer a interpretação dos fenômenos, resultando em novos dados ao realizar a pesquisa, sendo estes elementos importantes para o conhecimento e enriquecimento da problemática, nesta pesquisa o sujeito pesquisado é ativo, não sendo considerado um reservatório de respostas.

Os dados coletados serão analisados a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso. Segundo Orlandi (2001), é a partir do discurso do sujeito que se obtém um sentido/significado da linguagem apresentada pelo entrevistado que vai além, portanto, não se focando em dar interpretações e sim analisar mediante o que é salientado.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Perfil sócio demográfico da população pesquisada

O perfil sócio demográfico das entrevistadas nessa pesquisa pode ser descrito da seguinte maneira: são seis mulheres com idade entre 24 e 44 anos, todas se declararam sendo de raça branca. Sobre o estado civil, quatro são casadas, uma delas é solteira e outra é viúva.

Três das seis mulheres entrevistadas são mães de três filhos cada, duas tem apenas um filho e apenas uma entrevistada não possui filhos. Sobre o grau de escolaridade, quatro mulheres afirmaram possuir o Ensino Superior Completo, as áreas de formação são as seguintes: Serviço Social, Pedagogia, Administração e Engenharia, as outras duas entrevistadas possuem o Ensino Médio Completo.

As profissões exercidas pelas participantes da pesquisa são as seguintes: Frentista, Vereadora, Agricultora, Gerente de Negócios, Vigilante e Engenheira Agrícola e Civil, o tempo que estão desempenhando tais funções varia de seis meses até doze anos e a jornada de trabalho semanal é descrita por elas como sendo de 40 horas ou até superior, dependendo da profissão exercida.

Análise dos dados

A partir da coleta de dados foi possível realizar algumas análises sobre os discursos apresentados pelas participantes, o conteúdo analisado a partir da fala das entrevistadas será apresentado a seguir.

O primeiro questionamento versava sobre o porquê exercer determinada função, dentre as participantes da pesquisa, duas entrevistadas afirmaram ser por causa da remuneração, *“porque de momento assim, é a mais remunerada que eu tenho”*(sic) e também *“por causa do salário, o salário é bom, é um dos meus melhores salários”*(sic). Verifica-se que as duas acreditam, portanto, que sua remuneração está bastante satisfatória no momento, comparado ao que recebiam em outros empregos anteriores, também porque nestas funções ainda possuem outras vantagens além do salário, como, por exemplo, vale alimentação e horas extras, *“trabalhando no domingo tem hora extra”*(sic), além do mais, desempenham a mesma função que os homens e

acreditam ser remuneradas igualmente “o nosso salário é o mesmo que o dos homens”.

Sobre o mesmo questionamento, três outras entrevistadas afirmaram que estão nessa profissão antes de tudo porque gostam do que fazem, “é uma profissão que tem me proporcionado uma realização profissional, sabe, nunca me faltou trabalho e faturamento e também porque eu gosto e me realizo com ela”(sic), outras justificativas apresentadas foram por ficar próximo da família, pelo local em que reside, “primeiramente porque adoro o que faço e por motivos de ter ficado viúva, assim fico mais perto da minha filha, e dos meus pais que já são de idade e dependem de mim e pelo lugar que eu moro”(sic), também por ser uma profissão conquistada a partir de uma formação superior e por sempre ter gostado de tal atividade, “porque foi uma profissão conquistada e é o que eu gosto de fazer”(sic).

Ainda sobre a mesma questão, uma das mulheres apresentou uma justificativa diferente das demais entrevistadas, afirmou que primeiramente adentrou nessa profissão porque existia uma busca para preencher cotas femininas, “vou ser bem franca (risada), porque a princípio foi uma procura por estarem precisando de certo número para preencher cotas de mulheres”(sic), mas que apesar disso, durante determinado período percebeu a importância da presença da mulher naquele espaço, o que só confirmou o valor da mulher.

Pode-se observar a partir dessas falas que as entrevistadas exercem tais funções por diversos motivos, no entanto, observa-se que há uma ligação entre as respostas apresentadas. Diante disso, é possível destacar três razões principais, que fizeram parte do discurso dessas mulheres: a primeira delas é a remuneração e demais vantagens recebidas, outra seria o gostar do que fazem, ou seja, sentir-se bem na função desenvolvida, e a terceira seria a percepção da própria mulher sobre a importância desse público no mercado de trabalho.

Verifica-se que as mulheres apresentam aspectos e considerações positivas sobre sua presença no mercado de trabalho. Seja pela remuneração, pelo reconhecimento e mesmo pelo prazer de exercer tais funções, todas descrevem seus trabalhos como algo benéfico a sua vida e a sua satisfação pessoal. Segundo Bruschini (2007), em países como o Brasil, assiste-se a uma transformação no que diz respeito ao tra-

balho, já que as máquinas e as funções dos trabalhadores também evoluíram com o avanço da tecnologia. A partir disso é possível afirmar que o intelecto e a capacidade de produção pessoal estão cada vez mais valorizados, sendo perceptível também a emergência da mulher no mercado de trabalho desenvolvendo inúmeras funções.

Durante a realização da coleta de dados, questionou-se se as participantes avaliam a profissão que exercem como sendo masculinas. Todas afirmaram que existem funções que são consideradas masculinas. As mulheres justificaram dizendo, por exemplo, que na área onde atuam é mais difícil a presença da mulher, por se tratar de um espaço no qual o papel masculino predomina. Disseram ainda, que consideram sua profissão masculina, por causa do processo histórico de preconceito que a mulher vem sofrendo ao longo do tempo nas sociedades, tal justificativa pode ser exemplificada na seguinte fala: “acredito que sim, mas hoje está um pouquinho diferente o mercado de trabalho, já tem mais mulheres. Antigamente era muito mais masculina” (sic).

No entanto algumas participantes afirmam que percebem mudanças nesse contexto, relataram isso nas seguintes falas “olha atualmente não, mas já foi considerada bem masculina”, outra justificativa sobre essa questão foi à seguinte, “na realidade não, ele não é um cargo masculino, ele é visto como masculino”.

Todas as falas apresentadas demonstram o quanto as participantes reconhecem que alguns campos de trabalho são considerados masculinos. Segundo Strey (2008), isso se deve ao fato de que as definições de gênero estão diretamente relacionadas aos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres na sociedade contemporânea. Esse processo é histórico, ou seja, construído culturalmente, é possível visualizar tal afirmativa até mesmo nas brincadeiras infantis, nas quais o carrinho pertence aos meninos e a boneca as meninas, assim como aponta Acosta e Vitale (2008). As relações de trabalho, também são predeterminadas por questões de gênero, fato este que se comprova nas falas das participantes, quando revelam que algumas profissões são consideradas masculinas.

Sobre esse assunto as mulheres entrevistadas destacaram que atualmente os direitos das mulheres são garantidos por lei. Sobre esta

questão é possível afirmar que por um longo período na história, não havia legislação específica para o público feminino. Esse contexto começou a mudar após alguns movimentos sociais iniciados por mulheres ativistas da causa, o principal deles foi intitulado feminismo. A respeito dessa temática afirma Bossa (1998), que quando se iniciaram os movimentos sociais, as trabalhadoras dirigentes sindicais, em seus discursos, passaram a reconhecer a contribuição do feminismo. Elas se mostraram capazes de incorporar em suas concepções políticas, uma visão mais ampla de cidadania, dando continuidade à luta pela revisão da feminilidade.

Sobre o surgimento das leis que versavam a respeito da mulher, Miles (1989), afirma que foi no século XIX, com a consolidação do sistema capitalista que algumas leis passaram a priorizar as mulheres e ocorreram inúmeras mudanças na produção e organização do trabalho feminino. Verifica-se a partir disso que o discurso das mulheres entrevistadas sobre as leis, demonstra que elas possuem consciência de que essas normas reguladoras do social são uma das formas de garantirem seus direitos nos espaços de trabalho.

Quando questionadas sobre qual sua opinião sobre a mulher ocupando funções que antes eram ocupadas apenas por homens e se acreditam que elas sofram algum tipo de preconceito ou discriminação, todas em algum momento afirmaram que existe preconceito relacionado a questões de gênero, tal afirmativa pode ser visualizada em respostas como a seguinte: *“sofre porque muitos acham que a mulher não tem capacidade”*(sic).

Mas apesar disso, todas acreditam que a mulher pode vencer essa barreira imposta e desenvolver atividades com a mesma qualidade dos homens, ou ainda melhor, que as mulheres estão conquistando cada vez mais espaços, demonstrando suas qualidades e dedicação, muitas vezes ganhando equivalente aos próprios maridos, *“eu ganho mais que o meu marido”*(sic), mas que com isso a sua jornada de trabalho está cada vez maior, *“porque as mulheres estão mais sobrecarregadas, são mães, pais e profissionais”*(sic).

Apesar de hoje em dia estar mais destacada a questão das mulheres desempenhando várias funções cotidianamente, não é recente essa situação vivenciada por elas, assim como afirma Miles (1989), que historicamente durante

o período que os primeiros planos eram papas e reis, guerras e descobertas, tirania e derrotas, enquanto os homens estavam envolvidos as mulheres que cuidavam dos filhos, ordenavam as vacas, lavravam os campos, lavavam, assavam, limpavam e cozinhavam, cuidavam dos doentes, sentavam-se junto aos moribundos e preparavam os mortos. A partir dessa discussão é possível concluir que às mulheres sempre estiveram mais sobrecarregadas que os homens em diversas esferas da vida diária, pois nunca se afastaram das tarefas de cuidado sobre a família, além de exercerem suas profissões fora do lar.

Ainda sobre o preconceito e a discriminação, quando questionadas sobre como à família lida com sua profissão, todas afirmaram que recebem apoio e algumas disseram inclusive que são motivo de orgulho para suas famílias, *“na realidade é motivo de orgulho para eles eu estar nesta profissão”*(sic).

Outra questão destacada foi se elas já sofreram algum preconceito na profissão que exercem. Algumas participantes afirmaram que sofreram situações de preconceito, algumas falas ilustram claramente esta afirmativa. Uma das participantes disse: *“porque na realidade às mulheres eram assim meio que deixadas de lado, tipo não tinham opinião própria, eles achavam que a primeira palavra era deles e depois da gente”*(sic), mas que isso mudou, pois as mulheres mostraram o seu lugar e que existe espaço para todos. Outra fala ilustrativa foi: *“porque não aceitava que eu havia subido de cargo e ele não, por eu ser mulher”*(sic). Disseram ainda, *“acham que só lá, precisa assim do feminino né, não tem conhecimento do nosso papel numa empresa assim”*(sic).

A partir da análise dos discursos dessas mulheres, observa-se claramente o quanto relações de desigualdade promoveram situações de preconceito. Observa-se na fala, a presença real de uma hierarquia de gênero, na qual a mulher ocupa um lugar de descrédito, ficando inferior ao homem. Strey (2008) afirma que historicamente esta hierarquia foi cada vez mais marcada nas relações de trabalho, produzindo as relações de subordinação entre o gênero feminino e masculino.

É possível observar a presença do preconceito no discurso das outras três mulheres, sobre isso é possível afirmar que esta situação está há muito tempo sendo reforçada pelo con-

texto de estigma que à mulher está inserida. Segundo Wanderley (2001), a exclusão atinge determinados grupos estigmatizados, por exemplo, as mulheres, que há muito tempo estão inseridas em relações excludentes.

Ainda sobre tal afirmativa Beauvoir (1949) diz que, não há um marco que identifique quando começou a se instaurar esta relação baseada na subordinação, porque esse nunca existiu. Outras classes oprimidas como negros e judeus possuem marcos históricos que identificam as origens de sua opressão e à partir disso unem-se, identificando-se como “nós”, como sujeitos de direitos, já as mulheres não, pois vivem ligadas de alguma forma a seu opressor, pai ou marido, por exemplo, e esse laço é indissociável frente a outros, é biológico, formou-se e nunca mais se desfez.

Ressalta-se que algumas participantes por sua vez, relataram que não vivenciaram situações preconceituosas. Afirmaram que: “*não, nunca sofri preconceito*”(sic) ou “*não, é de igual para igual*”(sic) e “*graças a Deus, até hoje não*”(sic), ou ainda, “*não, porque nessa minha profissão eu sou bem sucedida, sou é espelho para alguns de ter coragem para trabalhar*”(sic).

Destaca-se que 50% da amostra pesquisada, afirmaram que não sofrem preconceito. Fato este que nos leva a pensar que a sociedade está passando por modificações em suas relações, as quais estão se tornando mais flexíveis, ou ainda, que os significados que compõem as categorias de gênero estão em processo de mudança. E o efeito é que às mulheres já conseguem ocupar de maneira comum, outros postos de trabalho. Acosta e Vitale (2008), mencionam que é visível na sociedade contemporânea, este novo reordenamento dos gêneros.

É possível observar que essas mulheres visualizam seus papéis sociais menos delimitados, ou seja, elas acreditam que vivam uma relação igualitária com os homens no ambiente de trabalho em que atuam, e até que sejam exemplos de determinação para o público masculino.

O último questionamento se referia aos relacionamentos que as entrevistadas mantêm com as pessoas do trabalho, elas responderam da seguinte maneira, todas afirmaram ter um bom relacionamento com colegas, chefes e com demais pessoas, essa opinião foi reforçada nos seguintes discursos, “*tudo uma equipe*”(sic), ou ainda, “*agora é bem bacana, é muita conversa, diálogo, é um tratamento de igual pra igual*”(sic),

pois anteriormente percebiam que o preconceito era maior, as mulheres eram deixadas um pouco de lado nas conversas, “*eles primeiro ouviam os homens entende, a mulher falava e dava impressão que falava para o nada*”(sic), mas afirmam que agora sentem que às mulheres conseguiram espaço, pois existe a troca de ideias, coisa que não acontecia. As entrevistadas inclusive reafirmaram que para elas a única diferença entre homens e mulheres são as características físicas, o restante é igual, o mesmo trabalho desenvolvido, com a mesma qualidade.

A partir da análise dos discursos apresentados, fica evidente que as mulheres percebem a existência de preconceito, e em alguns casos já vivenciaram relações preconceituosas, assim como, também verbalizam que as relações de trabalho são organizadas pelas diferenças de gênero. No entanto, afirma que a legislação é um marco importante na defesa da garantia dos direitos femininos.

Destaca-se um dado importante a partir desta análise, é possível perceber o quanto as relações estão se flexibilizando e modificando, o que está diretamente relacionada a transformações nas categorias de gênero, conforme aponta Acosta e Vitale (2008). As participantes deixam claramente evidente que percebem esta mudança, afirmando que as relações já foram muito mais rígidas, mas que a mulher está cada vez, ganhando espaço e sendo reconhecida dignamente pelo trabalho desenvolvido.

É importante mencionar que o resultado desta análise propõe uma nova visão das mulheres no que diz respeito às próprias mulheres, seus olhos já não estão focados apenas em como foi no passado, mas destacando o que vem sendo conquistado no presente e almejando um futuro cada vez mais igualitário para as relações sociais entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada numa discussão muito atual essa pesquisa propôs clarificar um questionamento muito importante da sociedade contemporânea: as mulheres inseridas no mercado de trabalho e por vezes ocupando cargos até recentemente pertencentes somente ao público masculino. Diante disso, o intuito era explorar a ideia histórica de desigualdade de gênero e a importância da evolução social da mulher, que vem ocorrendo já há algum tempo e atualmente

vem ganhando contornos antes sequer imagináveis. A partir desse contexto, o principal objetivo dessa pesquisa era investigar se mulheres que exercem funções de trabalho que são consideradas masculinas percebem relações de desigualdades neste ambiente.

Inicialmente, esse trabalho explorou uma temática que serviu de base para o desenvolvimento geral do restante da pesquisa, trata-se do conceito de gênero feminino e todas as demais implicações envolvidas no assunto. Mediante esse contexto, nessa etapa foram apresentadas discussões a respeito da diferenciação entre gênero e sexo, papéis sociais, hierarquia de gênero, a imagem histórica construída sobre a mulher baseada na inferioridade e subordinação, violência de gênero, feminismo e a conquista de espaços pela mulher. Sabemos que são inesgotáveis os desdobramentos possíveis a partir do conceito de gênero feminino, mas acreditamos ter fornecido um rico embasamento para o próximo tópico norteador dessa pesquisa: a história da mulher no mercado de trabalho.

Esse tópico da pesquisa discutiu a relação da mulher com o trabalho desde a antiguidade, verifica-se que nos primórdios a função da mulher era basicamente a reprodução e os afazeres domésticos. A evolução cultural foi trazendo mudanças sociais, mas para a mulher por muito tempo pouca coisa mudou principalmente no que diz respeito ao trabalho. Observa-se que alterações significativas só vieram ocorrer com os movimentos sociais, dentre os principais, o feminismo, que abriu portas para que as leis viessem a ser alteradas em favorecimento da mulher, que por muito tempo trabalhou em condições desumanas, sendo considerada mão de obra barata.

É possível afirmar, no entanto, que se não fosse a luta das primeiras mulheres por seus direitos, esse contexto poderia ter permanecido assim por muito mais tempo, e também graças a essa emancipação da classe não houve mais regressão na situação trabalhista da mulher, onde se observa muitas conquistas em termos de leis.

A terceira e última discussão teórica dessa pesquisa versou sobre a questão do estigma e da exclusão, pois apesar de todas as evoluções femininas, não há de se negar que a mulher ainda faz parte de um grupo social historicamente estigmatizado, assim como no Brasil é a situação de negros e índios. O estigma está intimamente relacionado à exclusão social e são

as relações sociais responsáveis por esse movimento de isolar o dito fora do 'normal'. Concluímos a partir dessa exploração que ainda serão necessárias muitas mudanças ideológicas para alcançarmos relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

A pesquisa bibliográfica resultou num importante instrumento para embasar as etapas seguintes do trabalho, que diz respeito à coleta de dados reais, na pesquisa de campo. Essa parte do trabalho foi realizada a partir de entrevista semiestruturada com seis mulheres que se encontram em situação ativa no mercado de trabalho e ocupando cargos até então considerados masculinos tais como: Frentista, Vereadora, Agricultora, Gerente de Negócios, Vigilante e Engenheira Agrícola e Civil.

Após a coleta de dados houve a necessidade de analisá-los, foi efetuada uma junção entre o que já havia sido pesquisado teoricamente com os dados obtidos. Observa-se que a teoria está intimamente relacionada com a realidade encontrada nas pesquisas, sendo que as seis mulheres confirmaram em suas respostas algumas temáticas sobre a mulher, expostas no referencial teórico.

A primeira pontuação que se faz necessária é que se observou haver uma divisão de opiniões entre as entrevistadas, mas ao mesmo tempo é possível visualizar que as mesmas compartilham de um pensamento muitas vezes equivalente sobre algumas questões, como por exemplo, no que diz respeito a sua profissão ser considerada masculina. Outro apontamento nitidamente percebido na análise de dados é que praticamente todas as mulheres têm consciência da desigualdade de gênero existente, mesmo apontando em sua fala que essa situação pertence ao passado.

Verifica-se que no referencial teórico o foco dos autores gira em torno de uma mulher estigmatizada ao longo da história e que continua sofrendo com esse movimento da sociedade. Já a análise de dados demonstra que as mulheres muitas vezes diferem dessa teoria, pois se percebe que elas afirmam veementemente que a situação da mulher no passado era bem pior, pois sofriam muito mais preconceito. Esse trabalho então demonstrou que apesar de ainda existir o preconceito contra a mulher, atualmente com essa nova configuração da sociedade, ele está perdendo espaço para as conquistas femininas, reconhecidas pelas próprias mulheres

que acabam sendo refletidas no público masculino e conseqüentemente no movimento da sociedade como um todo.

Sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas, no sentido de ampliar as discussões sobre este tema. Acreditamos que uma pesquisa, que abordasse o gênero masculino e suas mudanças na contemporaneidade seria de grande relevância, tanto para a Psicologia, como, para a sociedade como um todo.

Ao finalizar este estudo, é possível perceber o quanto ainda tem-se que avançar no sentido da garantia dos direitos femininos, no entanto, é visível que estamos em um momento especialmente potente de mudança. Diante disso, esta pesquisa torna-se de grande relevância, uma vez que é compromisso da psicologia, promover e potencializar espaços que garantam relações igualitárias, nas quais as pessoas possam conviver com a diferença, e entre elas a diferença de gênero.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais;PUC-SP, 2008.
- ANDRADE, Maria De Los Angeles Garduño. A saúde no trabalho de homens e mulheres: uma visão de gênero. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. et al. **Trabalho, saúde e gênero: na era da globalização**. Goiânia: Editora AB, 1997. 133 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BOSSA, Sonia. **Direito do trabalho da mulher**. São Paulo: Oliveira Mendes. 1998.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- ERICKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 263-295.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa: métodos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Metodologia e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, a. 3, n. 24, p. 363-372, 2006.
- MILES, Rosalind. **A História do mundo pela mulher**. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- NASCIMENTO, Sonia Aparecida costa. **O trabalho da mulher: das proibições para o direito promocional**. São Paulo: LTr, 1996.
- NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social**. disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%25C3%25A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em: 11 de ago. 2012.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. et al. **Trabalho, saúde e gênero: na era da globalização**. Goiânia: Editora AB, 1997. 133 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Paulo: Contexto, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Silvia Regina da. **Trabalho da mulher à luz da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: JACQUES, Maria da Graça Correa. et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

WIESE, Íria Raquel Borges; BRAGA, Lidianny do Nascimento Gonçalves; SALDANHA, Ana Alayde Werba. Representações de gênero e situações de vulnerabilidade as dst/ aids na adolescência In: SEGUNDO SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRATICAS CULTURAIS: CULTURAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES, 2., 2012. Itaporanga. **Anais...** Itaporanga, 2012. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt6/7.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

LAS MUJERES Y EL TRABAJO: ¿QUÉ ESPACIO ELLAS OCUPAN?

RESUMEN: Este artículo presenta un estudio sobre las mujeres inseridas en el contexto de trabajo y las relaciones establecidas en estos espacios. El objetivo es investigar si las mujeres que ejercen funciones de trabajo y que son tareas consideradas masculinas, perciben relaciones de desigualdad en este am-

biente. Para la realización de esta investigación se ha realizado una breve revisión bibliográfica sobre el asunto e investigación de campo, en la cual se entrevistó seis mujeres de la región Oeste de Paraná. A partir del contenido analizado se pudo percibir que a lo largo de la historia, los papeles de género han sufrido cambios, hecho que ha interferido directamente en la organización del trabajo. Es posible concluir con ese estudio, que algunas profesiones todavía son estigmatizadas por la sociedad, y las mujeres sufren prejuicios. Sin embargo, es visible que cambios significativos están sucediendo, y el efecto es que nuevas relaciones están siendo construidas, capaces de dar forma a una sociedad más igualitaria.

PALABRAS CLAVE: Género; Trabajo y prejuicio.

APÊNDICE 1

Roteiro Entrevista

Idade: _____
Estado civil: _____
Filhos: _____
Escolarização: _____
Raça: _____

1. Profissão que exerce? Quanto tempo?
2. Por que você exerce essa profissão?
3. Você avalia que se trata de uma profissão masculina?
4. Já sofreu algum preconceito nesta profissão?
5. Como é seu relacionamento com as pessoas do trabalho (colegas, clientes, chefe, outros)?
6. Qual a sua opinião sobre a mulher ocupando funções (trabalhos) que antes eram ocupados apenas por homens? Acredita que elas sofram algum tipo de preconceito ou discriminação?